

6 Considerações finais

A nossa intenção ao iniciar esta pesquisa foi desvendar os pressupostos teórico-ideológicos, as premissas e direção tanto do discurso hegemônico, como da política social de promoção do “terceiro setor”, empreendidas pelo Estado argentino na década de 1990. Uma das primeiras questões que constatamos é que, embora o contexto social deste período seja marcado pela reforma do Estado e pela hegemonia neoliberal - com as profundas conseqüências sociais que estes processos provocaram em termos de pobreza, desigualdade social e desemprego - o debate dominante do “terceiro setor” não incorpora na sua análise os processos socioeconômicos e político-ideológicos como elementos determinantes da “questão social” contemporânea.

A análise dos pressupostos fundamentais da produção teórica sobre o “terceiro setor” na Argentina, na década de 1990, evidenciou uma série de lacunas e debilidades teóricas na conceituação e fundamentação desta categoria.

A partir da nossa pesquisa, verificamos que uma das idéias centrais que sustenta o discurso hegemônico do “terceiro setor” refere-se ao questionamento do modelo de intervenção social próprio do Estado de Bem-estar, seus princípios e direcionamento no âmbito da política social.

Tanto desde os programas quanto desde o discurso do “terceiro setor”, explicita-se a idéia de que o Estado perdeu seu papel clássico de garantidor de direitos, propondo um novo modelo sustentado na Lei de Reforma do Estado, nas privatizações, na desregulação, na descentralização e na modernização da administração pública.

Vimos que, na verdade, este modelo não é novo, mas simplesmente uma re-atualização da doutrina liberal, na qual uma de suas premissas centrais é o Estado mínimo no âmbito social. Porém, o que sim é “novo” é a defesa do “terceiro setor” como o ator mais qualificado para intervir no campo das políticas sociais, a partir de uma leitura mistificadora da realidade.

Um outro pressuposto do discurso e dos programas analisados é a concepção de pobreza como carência de capacidade dos sujeitos para se desenvolver na vida.

Esta idéia condiz com uma premissa central da doutrina neoliberal que sustenta que o bem-estar da população pertence ao âmbito privado e que “suas fontes naturais são a família, a comunidade e os serviços privados” (Laurel,

2002).

Aparecem assim, como a outra face da globalização, a individualização que implica a exigência de uma maior autonomia e a auto-regulação por parte dos indivíduos, auto-responsabilizando a estes pela resolução de suas necessidades.

Assim entendido o problema, o Estado deve contribuir para reforçar a organização social através de propostas educativas que se orientem a qualificar as pessoas. Desta forma, a pobreza é entendida como um processo natural, sem fazer alusão às causas mais estruturais do fenômeno, isolando desta maneira a origem do problema do movimento da sociedade como um todo.

Aqui também identificamos a presença da ortodoxia neoliberal, para a qual o fenômeno da desigualdade é um processo natural e inevitável, ou no máximo, um simples dado da realidade diante do qual não é possível fazer nada.

Uma outra questão relevante é a ausência, tanto no discurso do “terceiro setor” como na escrita dos programas, de referências às noções de justiça social e equidade, solapando a discussão dos valores e princípios que embasam as políticas sociais. Estas se tornaram o âmbito privilegiado dos técnicos e *experts*. A ênfase técnico-gerencial concebe como problema central das organizações sociais a questão dos instrumentos técnicos e institucionais e supõe que os esforços para melhorar a intervenção no âmbito das políticas sociais reside na “gerência social”. Desta forma, existe uma preponderância do técnico sobre o político, secundarizando a discussão política (os fins, os conflitos e a relação entre economia e política) no campo das políticas sociais.

Parte-se da constatação da retirada do Estado do âmbito da proteção social, pressupondo que uma maior organização e participação social se configuraram como medidas eficazes de combate à pobreza.

Por sua vez, esta idéia leva implícito o questionamento da integração via trabalho, já que segundo esta visão é através do “terceiro setor” que se logrará a integração social numa sociedade “sem excluídos”.

Tanto no debate do “terceiro setor” quanto nos documentos dos programas, a solidariedade ocupa um lugar central. Ora ela é atributo *per se* destas organizações, ora um valor a promover ou alcançar por meio dos programas sociais e das ONGs. Em todos os casos, ressalta-se como um valor fundamental para enfrentar as situações de pobreza estrutural.

Na nossa análise, observamos que a partir da Reforma do Estado este passa a promover a solidariedade para os pobres como valor aglutinante e princípio norteador das políticas sociais, confirmando a nossa hipótese de que o

conceito de solidariedade poderia estar substituindo a idéia de direito social, que está ausente no debate hegemônico do “terceiro setor”.

Diferente da idéia de solidariedade embasada no Estado de Bem-estar, a solidariedade que promovem os defensores do “terceiro setor” é a que melhor se adapta ao ideário neoliberal: enquanto no primeiro caso a obrigatoriedade da solidariedade é constitutiva do direito social e garantida pelo Estado, a solidariedade do “terceiro setor” fica atrelada à boa vontade e à sensibilidade dos setores mais abastados e dos próprios setores pobres para resolver uma situação que excede amplamente o escopo das “boas ações”.

Vemos assim que “o que está por trás do desenvolvimento da solidariedade particular e voluntária é tanto a recusa ao princípio de solidariedade baseada em direitos universais, quanto a recusa da solidariedade de classe” (Montaño, 2002: 167).

Opera-se, através do discurso, uma manobra ideológica que enquanto reivindica o valor da solidariedade, encobre seu verdadeiro objetivo: negar direitos coletivos e substituí-los pela ajuda individual.

Neste quadro, um outro eixo central dos programas é o trabalho voluntário, deslocando-se desta forma a responsabilidade dos funcionários públicos para os voluntários, com os conseqüentes prejuízos que isto envolve para os beneficiários. Por um lado, o serviço é oferecido por pessoas sem a qualificação necessária, mas por outro, e o que é fundamental, à diferença dos funcionários que freqüentemente encontram-se organizados em sindicatos e engajados em lutas coletivas, o voluntariado, agindo por desejo próprio e sem organização política, torna-se presa fácil do domínio ideológico estatal.

Neste sentido consideramos que:

“o papel das redes sociais como instância de contenção das condições de vida das pessoas é muito importante, mas resulta ingênuo postular que o acionar voluntário de um conjunto de pessoas e instituições que trabalham sobre um território limitado e que devem destinar grande parte de seu tempo a obter recursos para esta tarefa, possa incidir sobre as causas estruturais dos problemas atuais. A falta de trabalho, a degradação das cidades, o pioramento da qualidade da educação, são todas questões que requerem a intervenção de uma combinação de instituições e setores, onde o Estado e o setor produtivo jogam um papel fundamental” (Delgado, 2001:89).

Por outra parte, constatamos que embora se enfatize no discurso a relação de complementaridade e de “parcerias” entre o Estado, mercado e “terceiro setor”, na verdade o que se produz é o banimento do Estado de sua função de Proteção social e a substituição da intervenção estatal universal por ações fragmentadas, desarticuladas e residuais a partir do âmbito privado.

Consideramos que a “questão social” contemporânea não é um problema de capacidades nem de instrumentos técnicos que garantam uma melhor intervenção, mas está diretamente vinculada com um modelo de desenvolvimento e só pode ser transformada a partir de uma reversão nas correlações de força vigentes.

A partir da nossa pesquisa pudemos constatar que a relevância do “terceiro setor”, no âmbito das políticas sociais, está inerentemente articulado à contra-reforma do Estado e às privatizações dos serviços sociais públicos. Nesse contexto, adquiriu destaque a esfera privada em detrimento da esfera pública, seja através da privatização dos serviços rentáveis ou da “terceirização” via “terceiro setor”.

Desta maneira, a promoção do “terceiro setor” se constitui como uma política deliberada do Estado neoliberal no intuito de se desresponsabilizar pelas vítimas do ajuste implementado.

Consideramos que um dos limites fundamentais do “terceiro setor” no âmbito das políticas sociais é sua incapacidade para garantir direitos sociais. Esta questão é de suma significância já que elimina a possibilidade das pessoas de receberem Assistência Social como um direito, ao mesmo tempo desresponsabiliza o Estado como garantidor do mesmo. Neste sentido, é impensável que ações fragmentadas, dispersas e instáveis, possam se configurar como política pública com a abrangência, continuidade e articulação necessárias para produzir impactos significativos na população. Por sua vez, o fato de não estar regulamentado como direito propicia ações arbitrárias, excluindo muitas vezes as pessoas que necessitam dos benefícios.

Através deste trabalho de pesquisa podemos afirmar que o discurso do “terceiro setor” e os programas sociais analisados compartilham os mesmos pressupostos e são parte de uma estratégia ideo-política comum de justificação no desmantelamento do Estado de Bem-Estar (embora com as restrições assinaladas para o caso da América Latina), tornando-se um elemento central na difusão ideológica do projeto neoliberal.

A delimitação dos eixos e premissas do debate do “terceiro setor” constitui um elemento fundamental para a aceitação e legitimação do ajuste neoliberal e da contra-reforma do Estado, cumprindo a função de instrumento de poder utilizado pela hegemonia burguesa que “para não alterar as relações de desigualdade sociais e de exploração econômica estabelece uma hegemonia que, ocultando as contradições estruturais e conciliando interesses opostos, se apóia sobre um consenso manipulado e uma articulação forçada” (Semeraro,

1999:81).

Neste cenário, os conceitos de “sociedade civil” e hegemonia se apresentam como chaves para iluminar o debate, sobre os alcances, limites e perspectivas em termos de cidadania e integração social.

Mas para isso é preciso antes de nada desarticular a idéia de sociedade civil equalizada a um “terceiro setor” apolítico e subordinado aos condicionamentos dos organismos internacionais e dos setores dominantes.

A sociedade civil, como lugar onde se decide a hegemonia e se confrontam diferentes projetos sociais até prevalecer um que estabeleça a direção geral na economia, a política e a cultura, se configura num campo de disputa entre interesses antagônicos pela construção de sentidos e consenso.

Mediante esta estratégia ideológica e política se facilitou a implantação do ajuste estrutural e a realização das reformas regressivas para a classe trabalhadora. A reestruturação produtiva tem conseqüências que abalam as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora e atenta contra a organização sindical, enfraquecendo a resistência e organização dos trabalhadores. O neoliberalismo - como ideário que dá sustentação ideológica à reestruturação do capital e à reforma do Estado - encontra, na defesa do “terceiro setor”, um campo privilegiado na luta pela hegemonia, sustentando e complementando, na frente ideológica, os processos supracitados. As políticas sociais de fortalecimento da “sociedade civil” operam como malhas de contenção do conflito social e mediatizam uma cooptação da classe subalterna - hoje enfraquecida e sem referência política e sindical - apelando para a “participação” das pessoas e comunidades desde uma ação não política - encobrando desta forma os conflitos de classe -, a fim de inibir a articulação de forças que coloquem em risco o modelo de dominação.

Valorizamos o compromisso e envolvimento de muitas pessoas que se sentem convocadas a atuar em organizações sociais diante do trágico quadro social de pobreza e exclusão na Argentina das últimas décadas. Porém, consideramos que essas ações dispersas, desorganizadas e sem referência de classe, são hoje instrumentalizadas pelo projeto dominante, diluindo-se em ações pontuais e limitadas, sem condições de se configurar em direitos sociais.

A sociedade civil, como âmbito de batalhas que tendem à conquista de posições e espaços de direção política e ideológica, abre possibilidade para a construção de uma nova hegemonia pelas classes subalternas em direção a uma sociedade que vise à emancipação humana.